

A RECEPÇÃO CRÍTICA DE *SÃO BERNARDO* DE GRACILIANO RAMOS –1935-1936Edilson Dias de Moura¹**Resumo:**

O artigo traz ao contexto da recepção crítica de *São Bernardo* aspectos dos anos 1930 que parecem ter perdido relevância na atualidade. Assim, a reconstituição do horizonte de expectativas do período, especificamente a dimensão pública do debate (ampliada pela leitura dos jornais, revistas, boletins, ofícios, relatórios de governos, manifestos, entre os mais diversos materiais escritos que orbitam o advento da publicação do romance), mostra, conforme Lukács, “[...] como é rico e variado o modo pelo qual a dialética de universal e particular se manifesta na realidade histórico-social”. (1968, p. 88). Portanto, procuraremos nas relações paralelas ao literário (a publicidade, por exemplo) o diálogo que nos anos 1930 pauta as ideias em torno do romance e seu autor.

Palavras-chave: recepção, historiografia, publicidade

Introdução

O estudo do contexto de recepção da obra de Graciliano Ramos nos anos 1930 revela aspectos concretos da elaboração dos romances que a crítica de modo geral não havia considerado ou, ao menos, não atribuiu o mesmo peso que recebem as características biográficas da prática literária do autor. Ao remontarmos as condições necessárias de escrita de *São Bernardo* historiograficamente, segundo perspectivas e materiais de pesquisa da época, observam-se, no horizonte de expectativas da produção, dimensões de interesse não menos importantes que a perspectiva intimista do autor. Exemplo forte é o extrato político-ideológico, administrativo e econômico que vai se configurando em torno de Graciliano Ramos a partir da publicação dos relatórios de seu governo em Palmeira dos Índios durante os anos 1928-1930. A experiência prática de enfrentamento dos problemas ligados ao município iria acrescentar à literatura o caráter de denúncia ou revelação de um mundo menosprezado até então. As menções nos jornais das obras públicas e inovações da sua administração não deixam dúvidas de que os problemas abordados no romance estavam interligados, fazendo com que a leitura da obra tivesse como referencial imediato um contexto específico.

O debate em torno da democratização do Brasil que antecede a Constituição de 1934, ano de publicação do romance, estrutura-se pelo clima de reivindicação e os combates produzidos em torno das ideias que ali circulam. Assim, frases do romance como “Uma nação sem Deus”, “É a corrupção, a dissolução da família”, “A Igreja é um freio”, proferidas por padre Silvestre; ou “mulher sem Deus é capaz de tudo”, “Comunista,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira – USP/FFLCH – DLCV. Contato: edilson.moura@usp.br

materialista. Bonito casamento!” (RAMOS, 1984, p. 130-131), atribuídas ao comportamento de Madalena, esposa do protagonista, tinham sentidos amplíssimos para o leitor. A justiça social, direito ao voto feminino, a defesa da capacidade cognitiva dos negros, indígenas e mestiços, a defesa da escola laica, do divórcio por incompatibilidade do casal, em geral, quaisquer que fossem as reivindicações, democratizantes ou progressistas, humanas ou desenvolvimentistas, reduziam-se ali a “ideias dissolventes”, “dissolução da família”, “corrupção”, “dissimulação”, “disfarce”. Segundo a consulesa Odette de Carvalho e Souza, à época: “Explorar os sentimentos democráticos naturais dos povos latino-americanos, e sua inata ideologia democrática, é tática altamente hábil e sabiamente praticada pelos chefes comunistas”. (1938, p. 14). Considerada autoridade de competência máxima em assuntos relativos à Revolução Russa de 1917, a cônsul reduzia “reivindicações democráticas” ao que ela denominava “tática comunista da Liga dos Sem-Deus”, pois “[...] uma das formas de legitimação do governo de Getúlio Vargas residiu no pacto firmado entre Igreja Católica e o Estado”, conforme Eduardo Góes de Castro, pela “presença nos cargos públicos de intelectuais católicos”. (CASTRO, 2007, p. 117). Assim, Odette de Carvalho e Souza torna-se uma das principais mentoras de uma intensa propaganda “pró-fascismo/Estado Novo”, orientada desde o Vaticano pelo papa Pio XI e elaborada nos gabinetes do Itamaraty, contra o que ela denominava “Liga dos Sem-Deus”: “[...] a Igreja colaborava para a construção de um imaginário coletivo em que o comunista se identificava com o Demônio”. (2007, p. 116). Daí a mentalidade de Paulo Honório, em *São Bernardo*, se orientar pela oposição entre católicos conservadores, de um lado, a democratas, socialistas, comunistas, sindicalistas, umbandistas, protestantes etc. reduzidos a “dissimulados”. O comportamento de Madalena, neste sentido, era suspeito pelo simples fato de ser normalista, nunca ser vista rezando, não aceitar a violência, a injustiça.

A cena do jantar na fazenda São Bernardo em que padre Silvestre descreve a destruição das igrejas na Rússia em meio à revolução é altamente significativa: ao ouvi-lo, Padilha, professor da escola construída na fazenda, esclarece aos que ali participam do jantar que aquelas histórias eram invenções da “propaganda contrarrevolucionária”, usando exatamente essa expressão. Como se sabe, *São Bernardo* foi escrito entre 1932-1933, logo após Graciliano ter renunciado o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios, aceitando dirigir, em seguida, a Imprensa Oficial. Nesse período, havia forte campanha para a eleição da Assembleia Constituinte que votaria a Carta Magna de 1934. A oposição da Igreja

àqueles que defendiam o Estado laico traduzia-se na intensa campanha da Liga Eleitoral Católica (LEC) que orientava o eleitor a não votar em quem não se declarasse católico. Um aspecto do romance que dialoga com esse momento é o que leva Paulo Honório a enxergar em Madalena a dissimulação comunista, procurando assim o único meio de livrar-se do problema: a prova do adultério da esposa, único motivo aceito pela Igreja para o divórcio. O drama dialoga alusivamente com a reivindicação do pastor metodista Guaracy da Silveira, eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, do divórcio por incompatibilidade do casal. E a Constituição de 1934, ainda que introduzisse em seu texto vários avanços, como o contrato do casamento civil, mantivera a “indissolubilidade do casamento”, fundamentalmente católico, entre outras conquistas, que demonstram a aliança entre Estado e Igreja que vai se estender por longas décadas.

Outro aspecto a ser considerado, enquanto condições necessárias de escrita do romance, é o da carreira administrativa de Graciliano. Álvaro Correia Pais, presidente do Estado de Alagoas entre 1928-1930, em seu relatório de governo, nos dá outra dimensão da relação entre romance e contexto. Incentivando as realizações de algumas prefeituras que haviam se destacado na tentativa de resolução dos graves problemas políticos e sociais que assolavam a região de modo geral, cita Graciliano Ramos como destaque e exemplo a ser seguido. Os jornais, estes relatórios, a recepção crítica dos primeiros romances revelam que o autor era bastante conhecido já em 1930, o que desfaz o sentido pitoresco atribuído ao fato de Graciliano ter sido prefeito de um pequeno município que o tornara famoso como literato. Essa linha de reflexão se baseia na biografia construída pelo próprio autor, cuja aversão ao autoelogio levou-o a uma modéstia exagerada: Segundo Hermenegildo Bastos, aí se depara com “[...] o problema da identidade entre Graciliano-autor e Graciliano-leitor, uma vez que, para rever sua obra, ele se desdobra, avaliando-a, muitas vezes de maneira extremamente impiedosa” (BASTOS, 1998, p. 31). A reconstituição historiográfica revela que essa autoavaliação ainda não existia na década de 1930, permitindo verificar um Graciliano otimista, alagoano. Só mais tarde, após a prisão em 1936, e o triunfo do Estado Novo em 1937, com sua permanência definitiva no Rio, essa “maneira extremamente impiedosa” de avaliação da própria obra vem à tona.

A publicidade e sua origem político-administrativa

Aydano do Couto Ferraz, em artigo para o número especial da *Revista Acadêmica* de 1937 que homenageava *Angústia* (Prêmio Lima Barreto de Literatura em 1936, com

Graciliano ainda na prisão), destaca que, àquela altura, o prestígio do romancista alagoano era fruto de forte publicidade em torno de sua obra.

[...] considero como solução fundamental para o prestígio da obra de Graciliano Ramos, a publicidade constante em torno dos seus livros. [...] não é facilmente que o leitor mediano se acostuma com uma vertigem desta ordem na obra de um ficcionista como Graciliano Ramos, que cria dramas psicológicos tão compactos de modo a não chegar a ser um escritor preferido do público. (FERRAZ, 1937, *Apud* MOURA, 2011, p. 260).

Angústia, mal saído do prelo, não teve essa repercussão, mas sim *São Bernardo*: encontramos aproximadamente mais de 40 artigos a respeito dele, sem considerar as notas publicitárias do lançamento.² Contudo, a história da publicidade inicia-se com os famosos relatórios, retrocedendo mais de oito anos antes do artigo de Aydano. Mesmo a publicidade feita em torno de *Caetés* foi sustentada graças aos relatórios de prefeitura de 1929-1930.

Entre 1933 e 1936, publicou três romances, mas também um número considerável de realizações administrativas o tornava bastante conhecido, admirado e detestado; por exemplo, a modernização implementada na Instrução Pública do Estado, correspondente hoje à Secretaria da Educação, dividiria a opinião dos católicos: por um lado, reconheciam os avanços realizados na educação infantil, por outro, desagradava-os o fato de que o programa do diretor tendia pelo ensino “laico”, afrontando os católicos, já que o catecismo nas escolas públicas fora autorizado por Vargas em Decreto-Lei de 30 de abril de 1931. Assim, em 1933, quando assume o cargo, o catecismo era obrigatório. O que durou pouco, pois a Constituição de 1934 tornou o ensino religioso no Brasil “opcional”. Daí a divisão em torno da sua administração: a edição de março de 1934 do jornal católico maceioense *O Semeador* destacava que “A atual administração da nossa Instrução Pública está sabendo levar com muita energia e atenção o Jardim Infantil [...] certamente, a exemplo desta criação nobre e eficiente [...] virá a sequência de interesse da nossa Instrução” (1934, capa). A sequência seria a implantação do “ensino completo”, a catequese, defendido com veemência como parte do currículo escolar, mesmo não sendo obrigatório: “O nosso clero está atento e pronto para o cumprimento desta sublime missão de apostolar nas escolas” (O SEMEADOR, 1936). Desde 1933, o jornal vinha fazendo campanha contra “escola laica”, argumentando que “Os pais têm direito que a seus filhos se ministre a educação religiosa nas escolas públicas”. (O SEMEADOR, 1933, capa). A campanha era

² Os artigos estão todos transcritos em: MOURA, Edilson Dias de. *As ilusões do romance: estrutura e percepção em São Bernardo de Graciliano Ramos*. (Dissertação). São Paulo: USP, 2011.

uma resposta aos manifestos da Liga Alagoana Pelo Pensamento Livre que defendia a escola laica. Evidentemente havia boatos de que Graciliano Ramos era ateu. Mas a nomeação de Sebastião Hora para a direção da Escola Normal de Alagoas em 1934, um dos fundadores da Liga Alagoana pelo Pensamento Livre e, pouco depois, presidente estadual da ANL (Aliança Nacional Libertadora), punha uma pulga atrás da orelha das autoridades eclesiástica. Em 24 de fevereiro de 1934, a Liga havia realizado um ato, em Maceió, comemorando o aniversário da promulgação da constituição de 1891. Em nota, divulgou-se o encontro enumerando os oradores: Levy Pereira, Barbosa Júnior, Sebastião Hora, Esdras Gueiros e Américo Mello, “que expressaram seus veementes protestos contra a intromissão da igreja católica na política nacional, tendente a coarctar a liberdade de pensamento no que concerne ao ensino religioso nas escolas”. (HISTÓRIA DE ALAGOAS, 2017, p. 2).

Em 1933, Graciliano havia instituído o concurso público de professores, demitindo aproximadamente 50% do total; mas efetivava, em caráter oficial, as aprovadas como funcionárias públicas, garantindo direitos e protegendo-as dos vícios do favor. Em *Memórias do cárcere*, quanto a sua prisão em 1936, o autor narra que um oficial do exército havia tentado, a todo custo, empregar uma sobrinha reprovada no concurso. Não obtém o favorecimento. Mais tarde, o mesmo oficial é quem prende Graciliano em sua residência, sem mandado de prisão, sem processo judicial ou administrativo.

Quando assumira a educação em 1933, coincidindo com a publicação de *Caetés* (anunciado desde 1930 pela Editora Schmidt), *São Bernardo* já estava concluído e, de certo modo, é o próprio autor quem revela só ter publicado o primeiro romance por insistência de Augusto Frederico Schmidt, editor e dono da editora. Graciliano demonstrava pouco interesse em *Caetés*. Talvez por esta obra, um romance de costumes, ter perdido o encanto com as publicações de José Lins do Rego, Jorge Amado, Raquel de Queirós, Amando Fontes, entre os mais conhecidos. Contudo, sua publicação traria certo prestígio ao então Diretor da Instrução Pública, fazendo com que as medidas evidentemente impopulares da sua administração, para os católicos, tivessem ao menos certo teor de autoridade. O contraste entre seu programa educacional e o da Igreja era notório. Em meio à sua demissão, *O Semeador* soltara uma pequena nota indagando-se quem seria o novo Diretor de Instrução Pública. Praticamente intimando o governador, já que, meses antes da demissão e prisão do autor, dedicou notável atenção aos diretores de

ensino de outros Estados que haviam introduzido o ensino religioso nas escolas públicas. E muito embora *O Semeador* não tenha noticiado sua prisão, o que se destacou nos jornais, como o *A Nação*, deixava bem claro as razões dela:

O Sr. Graciliano Ramos, autor de um *livro inconveniente às meninas* alagoanas, já se vinha tornando intolerável pela *perseguição às professoras que não seguem o credo vermelho* e pela liberdade com que *agia a favor do comunismo*. [...] (A NAÇÃO, 1936 – grifos meus).

Portanto, em 1937, Aydano do Couto Ferraz se refere a sua carreira pública, ao atrelar o “boicote oficial” à obra literária, como veremos a seguir, numa dimensão de publicidade.

Princípios de publicidade

De modo geral, um dos mecanismos de institucionalização da história literária moderna é a canonização dos autores na relação entre “obra/autor/público”, dando ao caráter público do sistema pouco destaque. As obras são investigadas, neste sentido, como sítio arqueológico de uma subjetividade singular. Ler a história da Literatura Brasileira é ler a história de homens e mulheres ilustres. Procura-se, assim, compreender a origem da literatura ou da produção cultural na “consciência individual” dos autores, e não na esfera coletiva. Pizarro, assim, destaca que

Goldmann considera que los fenómenos de consciencia dependen de las prácticas del sujeto plural, las consciencias individuales participan en una menor o mayor medida de las estructuras de la consciencia colectiva del sujeto plural. (PIZARRO, 1970, p. 16)

Nesse sentido, ao reorganizarmos os escritos de 1930, notamos que a esfera pública, estruturada por pactos sociais distintos, desempenhou papel fundamental no que viria a ser a obra de Graciliano Ramos. E ainda que, de fato, as características particulares do modo de ver do autor (seu estilo e sua personalidade) singularize sua escrita, o caráter coletivo das ideias adotadas na sua prática literária o universalizaria, conectando-o a uma coletividade. A substância catalisadora da transição do particular ao universal, que dinamiza a produção, se denominada aqui “opinião pública”. Conforme Costa Lima, “O público é [...] o meio pelo qual as *Privatleute* [os indivíduos] se despem de sua privacidade e se apresentam como um corpo homogêneo, dotado de aspirações políticas”. (LIMA, 2013, p. 113). Graciliano, ao empregar a voz de um determinado setor da sociedade em um relatório oficial, legitimaria seu direito à representação no poder. A repercussão nos jornais deu publicidade ao fato:

[...] tomar a voz do público como o pressuposto legitimante do poder significa explicitar a capilaridade do poder e reivindicar a sua realização efetiva. Sem dúvida, poder algum é apenas estatal, mas o poder não fundado na publicidade, por ter de declarar diretamente o caráter simbólico de sua fonte – é Deus que assim o exige, é o rei que assim ordena, são os representantes dos bons costumes etc. – tende a se tornar uma abstração [...] (LIMA, 2003, p. 114).

A inclusão da voz do público, repercutindo como publicidade, significou sua legitimação, caracterizando as ações daquela administração como realização efetiva das reivindicações daquele setor. Em 1930, renuncia à prefeitura para assumir a direção da Imprensa Oficial em Maceió, segundo Dênis de Moraes, porque “[...] A capital prometia-lhe o reingresso nos meios literários, a possibilidade de trocar a vida no comércio por um degrau na administração”. (MORAES, 1992, p. 66). Eis o movimento vivo e efetivo da transição do indivíduo, na esfera privada (do comerciante de secos e molhados a prefeito), ao coletivo, à esfera pública, em sentido ascendente. Ao se instalar em Maceió, incorpora-se ao grupo dos jovens escritores e intelectuais daquele período, entre os quais se destacam Aurélio Buarque de Holanda, Valdemar Cavalcanti, Jorge de Lima, Santa Rosa, Theo Brandão, além de José Lins do Rego que à época trabalhava em Alagoas. De imediato é tratado como o “Velho Graça” e vê anunciado em inúmeros jornais o seu primeiro romance, *Caetés*, cuja campanha duraria mais de três anos. O destaque no meio intelectual deriva, portanto, dos relatórios de prefeitura publicados em 1929 e 1930.

Documentalmente, pode-se dizer que a gênese problemática de um romance como *Vidas secas* já se debatia na coletividade em que se ia inserido o autor, muito antes de *Infância* (1945) ter sido escrito. A crítica tradicionalmente liga a travessia descrita neste livro de memórias como inspiração para construção da travessia de Fabiano e a família fugindo da seca. No entanto, os relatórios, de prefeitura e de Estado, nos dão conta de que os problemas estavam todos interligados à produção sazonal do algodão, núcleo da produção econômica em *São Bernardo*, interrompida após a colheita, que originaria dois fluxos de migração: 1) famílias de retirantes que buscavam subsistir até o próximo período de plantio perambulando durante o estio (*Vidas secas*); 2) indivíduos com razoável grau de formação que buscariam melhores oportunidades nos grandes centros (*Angústia*). Eis o assunto dos três romances debatidos na esfera pública, em termos regionalistas, fora da esfera literária (isto é, a origem das ideias não são frutos da sua visão particular apenas). Álvaro Pais escreve em seu relatório que, no que toca ao segundo fluxo, direcionando-se

aos centros urbanos, poucos conquistavam um posto de trabalho, enquanto os demais “[...] naufragam e não têm coragem de voltar para o seu povoado sertanejo a tentar a vida por outra forma”. Conta aí que, visitando o interior do estado, percebeu que muito do que se fazia convergia com o seu plano de governo, e argumenta:

[...] a mentalidade dominante é, em nosso tempo, profundamente urbanista; e é natural que os homens de governo, como os políticos, procurem ser populares, agradando as populações com as quais se achem em contato diário, isto é, os habitantes da capital. (RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE ESTADOS BRASILEIROS (AL), 1929, p. 5-8).

Dar voz ao sertanejo, encenar seus dramas, sua linguagem, dar-lhe uma representação simbólica, significava legitimar sua existência efetiva, não só literariamente, mas também nas esferas da representação política. O regionalismo tinha como meta, aproveitando-se das conquistas do movimento de 1922, suprimir os vestígios pitorescos que vinculava o povo, de modo geral, ao rudimentar, sem profundidade, portanto, à incapacidade de desenvolvimento. Os esforços deviam voltar-se para o desenvolvimento do sertanejo em sua particularidade, promovendo seus valores e suas potencialidades.

Ora, essa tendência do abandono das fazendas pelas cidades assim se acentua na Europa e nos Estados Unidos, onde o ensino profissional, os conhecimentos práticos de agronomia, zootecnia e veterinária estão muito espalhados, quase generalizados, e já constitui um grande mal e um grande perigo para nossa civilização, o que dizer em relação ao Brasil? Entre nós a educação do homem já é feita toda no sentido da urbanização e da burocratização do país. A criança quando frequenta as aulas de uma escola primária já sonha com um emprego público e com a felicidade ilusória da vida da cidade. (RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE ESTADOS BRASILEIROS (AL), 1929, p. 7).

Muito de *São Bernardo* liga-se ao programa de governo de Álvaro Pais, revelando não só alternativas como o sério problema do preconceito alimentado pelo ponto de vista da urbanidade. A ideia de ensino técnico rural, por exemplo, tinha como meta impedir que, como em *Angústia*, os indivíduos direcionassem-se apenas aos grandes centros; ou, como em *Vidas secas*, arrefecer os efeitos da falta de trabalho que a economia baseada na monocultura produzia, voltada para a exportação, sujeita a ciclos, expulsando sazonalmente das fazendas o trabalhador pobre. Essas ideias eram partilhadas pelo governador e alguns prefeitos de Alagoas, dentre eles, Graciliano Ramos, que mais tarde daria a estes temas representação literária, ligados, portanto, ao princípio de publicidade dos atos públicos e administrativos (que nesse período, naturalmente, não era lei).

Eis Mark Twain metido em chinelos: de “velha graça” ao Velho Graça

O processo de romance do *São Bernardo* tem, a meu ver, alguns defeitos dos quais o principal é a forma por que o autor nos conta sua história, fazendo com que seu personagem, de um momento para outro, tenha a absurda ideia de fazer de sua vida um romance, ele, um ser inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário. Acho isso, positivamente, arbitrário, e em flagrante contraste com o equilíbrio psicológico em que o livro transcorre todo. [...] Trata-se realmente de um livro de um escritor prejudicado, de raro em raro, por uma espécie de cacoete de fazer *humour*. (SCHIMDT, 1934. *Apud* MOURA, 2011, p. 228).

Augusto Frederico Schmidt foi o primeiro crítico a escrever sobre *São Bernardo*. Foi também editor de *Caetés*, publicado menos de um ano antes pela Editora Schmidt. E embora fosse legítimo levantar o problema da inverossimilhança do narrador-personagem de *São Bernardo*, nada impede pensar também que tivesse como objetivo proteger *Caetés* da concorrência. Porém, ao atribuir ao suposto defeito da obra uma “espécie de cacoete do autor de fazer humor”, o editor, poeta e crítico católico abria caminho a uma indagação: onde se encontraria a graça de fazer de Paulo Honório autor de seu próprio livro? Jorge Amado, em fevereiro de 1935, escrevendo no *Boletim de Ariel* (não custa lembrar que *São Bernardo* foi publicado pela Ariel), responde a Schmidt com um artigo intitulado “*São Bernardo e a política literária*”, retomado por Aydano do Couto Ferraz em 1937:

Jorge Amado contou pelas colunas de Ariel as historia do boicote movido contra *Caetés* pelo gordo editor Schmidt, que retardou ao máximo o seu aparecimento. [...] não é demais lembrar-se o crime de lesa inteligência que escondia esse boicote [...] contra um escritor honesto que [...] viria a ter uma grande importância nas letras nacionais. Por isso, ainda hoje, sendo o autor de *São Bernardo* visado desta maneira pelo boicote oficial [...], considero como solução fundamental para o prestígio da obra de Graciliano Ramos, a publicidade constante em torno dos seus livros. (COUTO FERRAZ, 1937. *Apud* MOURA, 2011, p. 260).

Dessa noção de publicidade deriva a indissociabilidade da vida e da obra: porque o boicote estava ligado a sua demissão e prisão. O anúncio de *Caetés* nos jornais a partir de 1930 corria em paralelo à carreira pública de Graciliano. O que é dito por Jorge Amado em 1934, segundo lhe contaram, foi que: “O Schmidt é um velho inimigo do Graciliano. [...] Prendeu o livro [*Caetés*] quatro anos na sua casa editora. O livro saiu quando estava velho e não agradava ao Graciliano. O poeta pretendia fazer o mesmo com o *São Bernardo*. [...]” (AMADO, 1934. *Apud* MOURA, 2011, p. 247). Jorge Amado dá entender que havia um pacto entre críticos católicos implicados nessa inimizade de Schmidt e que caracterizaria tal

boicote como político. O aspecto relacionado à inverossimilhança de Paulo Honório como “cacoete do autor de fazer humor” leva ao fato de o autor empregar a linguagem informal nos domínios do tradicional, o que já havia feito nos seus relatórios de prefeitura, origem da polêmica e que leva a outra compreensão do que se desenrolou nesses oito anos.

Assim, muito embora Dênis de Moraes tenha, em sua biografia *O Velho Graça*, dado a entender que os relatórios de prefeitura teriam causado a melhor impressão de modo geral, outro aspecto da repercussão, a negativa, em função da informalidade da linguagem empregada em um documento oficial, ganha sentido. Caracterizado por um grande número de jornais como “risível”, eles vão se ligar ao que Schmidt chamou atenção: “prejudicado de raro em raro pelo cacoete de fazer humor”. Destaque-se: “prejudicado”.

O *Jornal do Brasil*, de 1929, destacava: “Onde foi se aninhar um grande humorista”. O *Estado* de Santa Catarina, ainda nesse ano, por sua vez, diz: “Relatório curioso – pitadas de humor em cada página”. O jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, “Alegre – o riso higieniza o espírito”, apresenta alguns trechos do relatório, concluindo o parágrafo: “Em gênero de bom humor não se pode desejar melhor... Eis Mark Twain metido num chinelo”. (HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO). Talvez apenas o *Jornal de Pernambuco* tenha feito alguma menção menos pejorativa: revelando entusiasmo pela construção das estradas, escolas, saneamento básico, legislação do município, entre outras obras. Interessa, contudo, que o único motivo de Schmidt ter relacionado à inverossimilhança em *São Bernardo* a suposta mania do autor de fazer humor ter origem nos relatórios de prefeitura assim destacados nos jornais. Evidencia-se, portanto, o aspecto político da adoção da linguagem usual, e não padrão da Língua Portuguesa, embora Graciliano não empregasse vícios da fala em sua escrita. A trama evidentemente do jogo político na literatura estava na possibilidade de, elevando a língua popular, destacando sua clareza, revelar o mundo sertanejo e dar-lhe *status* de único meio de expressão legítimo dos seus dramas. Assim, só Paulo Honório poderia ser autor de seu livro. Daí a relação com que Schmidt estabeleceu a verossimilhança revelar seu caráter classista quanto aqueles que teriam direito de ocupar os espaços de representação simbólica característico do escritor dentro da tradição letrada: “*São Bernardo* recorda vagamente o *Le noeud de Vinéres*, de François Muriac. Neste romance, é o próprio personagem também o autor de sua historia [...] Aí, porém, trata-se de um velho advogado, com inclinações longínquas pela literatura, [...] que o Paulo Honório, de *São Bernardo*, não

tem”. (SCHIMDT, 1934. *Apud* MOURA, 2011, p. 228). A despeito de toda antipatia e aversão que Paulo Honório possa despertar no leitor, não é demais lembrar que, na década de 1930, “[...] o pobre, a despeito de aparecer idealizado em certos aspectos, ainda é visto como um ser humano meio de segunda categoria, simples demais, incapaz de ter pensamentos demasiadamente complexos – lembre-se de que a crítica achou inverossímil que Paulo Honório fosse o sofisticado narrador de *São Bernardo*.” (BUENO, 2006, p. 24). Mais precisamente, diria Franz Martins, em 1935, a respeito de *São Bernardo*: “[...] os modernos literatos do Brasil acham originalidade digna de ser incluída em um volume que vai passar por centenas de mãos, concorrer para a formação de uma literatura – qualquer frase imbecil pronunciada por um matuto boçal e analfabeto”. (MARTINS, 1935. *Apud* MOURA, 2011, p. 251). Se por um lado, Graciliano, um dos principais representantes da literatura regionalista, enfrentava os enormes desafios de fazer do romance espaço de representação plural, inclusivo, democrático; por outro, como administrador, não deixou de fomentar as condições necessárias de participação das populações esquecidas pelo Poder Público. Os arquivos têm nos dado inumeráveis razões de pensar que sua prisão tinha intenção de boicotá-lo ou, nas suas próprias palavras, “suprimi-lo”, já que tanto suas disposições literárias como as suas ações eram rigorosamente coerentes. Sua lembrança em *Memórias do cárcere*, no campo da educação, nesse ponto, alcança maior nitidez ainda com a reconstituição aqui apresentada. Às vésperas de sua prisão, sentado em seu gabinete, conta:

D. Irene, diretora de um grupo escolar vizinho, apareceu à tarde. Envergonhei-me de tocar na demissão, e falamos sobre assuntos diversos. Aí me chegaram dois telegramas. Um encerrava insultos; no outro, certo candidato prejudicado felicitava a instrução alagoana pelo meu afastamento. Rasguei os papéis, disposto a esquecê-los. [...] O que me interessava no momento era o esforço despendido por ela em três anos. [...] No estabelecimento dela espalhavam-se a princípio duzentos e poucos meninos, das famílias mais arrumadas de Pajuçara. Numa campanha de quinze dias, por becos, ruelas, cabanas de pescadores, d. Irene encherá a escola. Aumentando o material, divididas as aulas em oito turnos, mais de oitocentas crianças haviam superlotado o prédio, exibindo farrapos, arrastando tamancos. Ao vê-las, um interventor dissera: – Convidam-me para assistir a uma exposição de misérias. E alguém respondeu: – É o que podemos expor. [...] Quatro dessas criaturinhas arrebanhadas nesse tempo, beíquadas e retintas, haviam obtido as melhores notas nos últimos exames. – Que nos dirão os racistas, d. Irene? (RAMOS, 1996, p. 46-47).

Referências bibliográficas

- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- CARVALHO & SOUZA, O. *Komintern*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo Deops-SP*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- HISTÓRIA DE ALAGOAS. Sebastião da Hora: professor, político, médico e intelectual humanista. 2017. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/sebastiao-da-hora-professor-politico-medico-e-intelectual-humanista.html>>. Acessado em: 6 ago. 2018.
- LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. São Paulo: Paz & Terra, 2003.
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MOURA, Edilson Dias. *As ilusões do romance: estrutura e percepção em São Bernardo de Graciliano Ramos*. (Dissertação) São Paulo: USP, 2011.
- MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- O SEMEADOR. Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Alagoas. (Acervo).
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- _____. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. Relatório ao Governador do Estado de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1929. In: RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE ESTADOS BRASILEIROS (AL). 1929. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721263&PagFis=2623&Pesq=%C3%81lvaro%20Correa%20Paes>>. Acessado em: 9 ago. 2018.
- PIZARRO, Narciso. *Análisis estructural de la novela*. Madri: Siglo XXI de España Editores S.A., 1970.